

Memorando 18.916/2025

De: Ana O. - SEARP - DCONS

Para: SMA - CAUT - Casa do Autista - A/C Josiane H.

Data: 24/03/2025 às 08:50:03

Setores envolvidos:

SEARP - DCONS, SMA - CAUT

Atas para assinatura - CMDCA

Prezada Presidente,

Envio atas em anexo para assinatura, já aprovadas em reunião ordinária.

Atenciosamente,

—

Ana Neves

Secretária Executiva CMDCA e CMAS

Analista Administrativo II - Matrícula 52735

Anexos:

Ata_n_663_ExtraOrdinaria_14_02_2025.pdf

Ata_n_664_Ordinaria_21_02_2025.pdf

Ata_n_665_ExtraOrdinaria_21_02_2025_Amor_pra_Down.pdf

Ata_n_666_Ordinaria_07_03_2025.pdf

Ata nº 666. Aos sete dias de março de dois mil e vinte e cinco, às nove horas, os conselheiros se reuniram na Casa dos Conselhos, para realizar a **REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE de Balneário Camboriú–SC**. Estavam presentes os seguintes conselheiros: Claudinei Machado, Adriana Alair da Silva, Gabriela Guorese de Oliveira, Angela Hoemke, Yasmin Caroline Rocha da Silva, Eni Ermelinda Alves, Ana Rute de Almeida, Josiane Hoepers, João Carlos Alves dos Passos, Wilson Reginatto Junior, Josiane Steil. Ausências justificadas: Valdeci Matias, Luciano Pedro Estevão e Manuela Pessoa Duarte. Participaram também Amarildo da Abordagem Social da Secretaria de Assistência Social, Mulher e Família (SMA), Cristiane Amorim presidente do Conselho Tutelar, Juan Domecq do Círculo Argentino (CASC), Jessica Egidio e Karin Pereira da Escola de Cães Guia Helen Keller. **Pauta 01: Aprovação da ata:** devido a um problema de armazenamento no computador da secretaria executiva do CMDCA não foram concluídas. **Pauta 02:** Leitura dos Ofícios Expedidos e Documentos Recebidos; **Documentos Expedidos:** No dia seis de março de dois mil e vinte e cinco, foi enviado o Ofício 746/2025 ao CASC, informando a decisão da comissão de projetos realizada na reunião de vinte e um de fevereiro de dois mil e vinte e cinco. No dia seis de março de dois mil e vinte e cinco, foi enviado o Ofício 745/2025 ao IABC, informando a decisão da comissão de projetos realizada na reunião de vinte e um de fevereiro de dois mil e vinte e cinco. No dia seis de março de dois mil e vinte e cinco, foi enviado o Memorando 9.327/2025, solicitando providências quanto aos relatórios do FMDCA para deliberação no prazo máximo de vinte e um de março de dois mil e vinte e cinco. No dia seis de março de dois mil e vinte e cinco, foi enviado um e-mail para Carolina, da Câmara de Vereadores de Balneário Camboriú, informando que a divergência da diligência entre o Projeto de Lei Ordinária 97/2024 enviada pelo CMDCA foi repassada à presidente do mesmo. No dia seis de março de dois mil e vinte e cinco, foi enviado um e-mail para a 4ª Promotoria de Justiça, contendo a resposta do Ofício 095/2025/4PJBC atualizada. No dia seis de março de dois mil e vinte e cinco, foi enviado um e-mail para a 2ª Vara da Família, solicitando a confirmação de recebimento da resposta enviada anteriormente sobre o processo 5001508-61.2025.8.24.0005. No dia seis de março de dois mil e vinte e cinco, foi enviado um e-mail para o Instituto Verde e Amarelo, contendo instruções sobre como renovar o certificado no

CMDCA.No dia seis de março de dois mil e vinte e cinco, foi enviado um e-mail para Carolina, da Câmara de Vereadores, informando que o convite para participar da reunião da comissão no dia quatorze de março de dois mil e vinte e cinco foi repassado à presidente do CMDCA.No dia seis de março de dois mil e vinte e cinco, foi enviado um e-mail para Anjos da Vida, solicitando que o relatório do mês de fevereiro de dois mil e vinte e cinco seja enviado por 1Doc, conforme acordado na reunião do dia vinte e um de fevereiro de dois mil e vinte e cinco.No dia seis de março de dois mil e vinte e cinco, foi enviado um e-mail para o CASC, informando a decisão do CMDCA tomada na reunião do dia vinte e um de fevereiro de dois mil e vinte e cinco sobre o projeto de chancela.

Recebidos: No dia seis de março de dois mil e vinte e cinco, foi recebido o Memorando 14.655/2025 da Secretaria de Educação, que envia nova indicação como suplente do CMDCA representando a referida Secretaria.No dia vinte e cinco de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, foi recebido o Protocolo 20.086/2025 da Associação Beneficente Cristã Real Esperança, que solicita reajuste de cinco por cento no plano de trabalho "A Arte da Transformação".No dia vinte e um de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, foi recebido um e-mail do Ministério Público de Santa Catarina solicitando participação na pesquisa "Avaliação de Maturidade de Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente".No dia vinte e um de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, foi recebido um e-mail da Câmara de Vereadores solicitando parecer sobre divergência de diligência dos Projetos de Lei Ordinária números noventa e sete e setenta e cinco de dois mil e vinte e quatro.No dia vinte e quatro de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, foi recebido um e-mail de Juliana Maciel sobre a campanha do dia dezoito de maio, com envio de cartilhas JSM.No dia vinte e quatro de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, foi recebido um e-mail da Quarta Promotoria de Justiça de Balneário Camboriú do Ministério Público de Santa Catarina, acusando recebimento da resposta ao Ofício 095/2025/04PJBC.No dia vinte e quatro de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, foi recebido um e-mail de Carolina, da Câmara de Vereadores, solicitando diligência do Projeto de Lei Ordinária número cinquenta e oito de dois mil e vinte e quatro.No dia vinte e cinco de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, foi recebido um e-mail da Segunda Vara da Família, enviando decisão referente ao processo número 5001508-61.2025.8.24, mantendo decisão do CMDCA para fiscalizar evento no dia oito de

março de dois mil e vinte e cinco. No dia vinte e seis de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, foi recebido um e-mail do TransfereGov informando que houve atualizações no plano da Emenda número 202328560013 de Rogério Peninha Mendonça. No dia vinte e oito de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, foi recebido um e-mail do Coordenador Técnico Estadual do SIPIA Conselho Tutelar, enviando orientações sobre Conselhos Tutelares. No dia vinte e oito de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, foi recebido um e-mail da Quarta Promotoria de Justiça de Balneário Camboriú do Ministério Público de Santa Catarina, enviando o Ofício 0119/2025/04PJBC sobre denúncia do Departamento de Juventude e estipulando o prazo de vinte dias para resposta. No dia seis de março de dois mil e vinte e cinco, foi recebido um e-mail do Ministério Público do Trabalho solicitando dados bancários do FMDCA no prazo de dez dias para resposta.

Pauta 03: Crianças em situação de vulnerabilidade nos semáforos e nos acessos as ruas;

Conselheiro João comenta crianças trabalhando no semáforo, desde a venda de objetos até com pintura corporal, afirmando que vem recebendo vários relatos nesse sentido. Ainda, que considera estas situações como exploração do trabalho de crianças e adolescentes que os colocam em risco, afirmando que a questão deve ser trazida para o Conselho discutir como atuar. Por fim, manifestou discordância quanto à atuação da abordagem social nessa tarefa, pois em sua interpretação as crianças não estão em situação de rua. A conselheira tutelar Cristiane solicitou a palavra, apresentando que em seu ponto de vista as crianças estão em situação de rua por trabalharem neste ambiente. Ainda, introduziu Amarildo como responsável pela Abordagem Social. O conselheiro Amarildo concordou com João em partes, afirmando que a primeira aproximação a essas crianças pode ser feita pela Abordagem Social e que acredita que existe uma lei em Balneário Camboriú proibindo vendas em semáforos, e que este trabalho deve ser conduzido em conjunto, principalmente com a fiscalização da Guarda Municipal retirando as mercadorias como comércio regular. O conselheiro João explica que a lei a que Amarildo se referiu seria a Lei 14.821 (não cita ano) e que segundo sua interpretação a lei não considera crianças em situação de rua pois as mesmas não têm moradia nas ruas. Cristiane pediu a palavra e citou resolução do Conselho Nacional de Assistência Social embasando o porquê de seu entendimento de que estas crianças ainda estariam em situação de rua e avançou falando das dificuldades do Conselho

Tutelar na tipificação de trabalho infantil não ser considerado crime, além da configuração como abandono de incapaz que não é o entendimento do judiciário e reflete que a legislação é falha neste sentido. O conselheiro Claudinei pediu a palavra e expõe que o trabalho precisa ser realizado de forma conjunta e contínua, dado que as partes Conselho Tutelar, Abordagem Social e Guarda Municipal não podem passar a responsabilidades uns para os outros sem atuar sobre o problema. A conselheira Ângela expõe que esse fluxo como Rede de Atendimento precisa estar estabelecido, incluindo nele o Ministério Público, até para orientar como a população pode ajudar a fiscalizar e denunciar – o que geralmente é feito acionando o Conselho Tutelar. O conselheiro João propõe que o Conselho Tutelar chame uma reunião conjunta com Polícia Militar, Delegacia da Infância, CMDCA, Conselho Tutelar de Balneário Camboriú e Camboriú, Abordagem Social, CRAS e CREAS para construção de uma metodologia para lidar com a questão. Ainda, expõe sua preocupação dos riscos que as crianças estão sofrendo nas ruas e avisa que trará para uma pauta futura a questão de exploração de crianças e adolescentes por indígenas. O conselheiro Amarildo expôs que trabalhou com o tema em Itajaí junto ao Ministério Público de Santa Catarina para regulamentação de denúncias da população indígena. O conselheiro João sugere a criação de uma comissão temporária para agir primeiramente sobre crianças e adolescentes trabalhando nos semáforos e se habilita a participar da mesma, o conselheiro Claudinei sugere que a conselheira Adriana também participe. A conselheira tutelar Cristiane também se prontificou a participar. Todos aprovaram a criação da Comissão Temporária por João, Cristiane e Adriana. O conselheiro João pediu a palavra para antecipar a Pauta 07. **Pauta 07: Respostas ao MPSC.** O conselheiro João expôs que este CMDCA recebeu uma determinação da 2ª Vara da Família para fiscalização de evento no Music Park e relatou que enviou junto a presidente do Conselho ofício pedindo revisão da decisão já que o CMDCA deve agir estrategicamente nas políticas públicas, mas não com a fiscalização de eventos. A presidente leu o ofício enviado na íntegra e os conselheiros debateram o assunto. O conselheiro João pediu a palavra para expor outro ofício (nº 119/2025/04PJ) recebido do Ministério Público. Explicou que em 2021 foi feita a aprovação da compra de vinte computadores para o Programa Jovem Aprendiz, que consistia em um pedido da própria Prefeitura Municipal a época. Entretanto, dado o lapso temporal para a

compra, a chegada dos computadores aconteceu em meados de 2024 para as aulas do Programa que iriam acontecer na Secretaria de Inclusão Social. Durante a chegada dos computadores, diversos equipamentos do SUAS apresentaram problemas. O Programa, então, cedeu temporariamente os computadores para uso da Secretaria, sem notificar o Conselho. Posteriormente, João explicou que houve atraso na compra dos novos computadores necessários. Em seguida, ocorreu o período eleitoral e a transição de governo, e os equipamentos continuaram sendo utilizados pela Secretaria de Inclusão de forma inadequada, uma vez que o Programa Jovem Aprendiz deveria ter notificado o CMDCA sobre a situação e feito a devolução dos equipamentos. Recentemente, a nova responsável pelo Departamento de Juventude do município fez uma denúncia em suas redes sociais, atribuindo ao CMDCA a responsabilidade pelo desaparecimento dos equipamentos. João esclareceu que a denúncia foi encaminhada ao Ministério Público, que determinou que o Conselho respondesse em até vinte dias. João sugeriu que, infelizmente, a responsabilidade deve ser atribuída à SMA, questionando a localização dos computadores. Ele ressaltou que, nesse caso, os equipamentos devem ser devolvidos ao CMDCA, e não ao Departamento de Juventude. O conselheiro Wilson destacou que nem o governo nem o Programa Jovem Aprendiz informaram ao Conselho sobre o desvio no uso dos equipamentos. O conselheiro João afirmou que o Conselho não realiza compra, apenas aprovou a solicitação feita na ocasião. O conselheiro Claudinei mencionou que a SMA recebeu uma solicitação do Departamento de Juventude sobre o assunto e, antes de poderem responder, o vídeo foi divulgado. A conselheira Yasmin esclareceu que a Secretaria de Comunicação não autorizou a postagem e orientou a responsável a procurar o Secretário Omar para resolver a questão. Os conselheiros sugeriram convidar a responsável do Departamento de Juventude para comparecer à próxima reunião já que a mesma não enviou nenhuma solicitação ao CMDCA até o momento, o que foi aprovado por todos. Decidiu-se, por unanimidade, que será enviado um ofício informando sobre a situação e questionando ao Secretário Omar a localização dos computadores, solicitando também a devolução dos equipamentos ao CMDCA, além do comparecimento da Coordenadoria de Políticas Públicas para a Juventude/Departamento de Juventude na próxima reunião ordinária de vinte e um de março de dois mil e

vinte e cinco. Quanto ao Ministério Público, ficou decidido que será solicitada a prorrogação do prazo por mais vinte dias, devido à complexidade do processo de elaboração da resposta. **Pauta 04: Diligência da CJR ao Projeto de Lei Ordinária Nº 58/2024 e Divergência na Diligência Diligência da CJR ao PLO 97-2024;** A secretária executiva Ana explicou que existem duas situações de diligência sobre projetos diferentes. Esclareceu em seguida que não estava presente quando foi deliberada a diligência da PLO 97/2024 e recebeu informações divergentes da decisão em forma de texto e de ata. Como ambas foram aprovadas posteriormente pelo CMDCA, foram enviadas à Câmara de Vereadores. Os conselheiros lembraram da situação e reafirmam o posicionamento desfavorável ao projeto, restando decidido fazer retificação na Ata e comunicar a Câmara de Vereadores. A presidente Josiane lê o PLO 58/2024 e os conselheiros discutem sobre o assunto. Restou decidida a seguinte manifestação por unanimidade a ser enviada para a Câmara de Vereadores: O CMDCA não entende uma relação direta entre a justificativa do PLO 58/2024 e sua execução. Neste sentido, este Conselho se manifesta desfavorável ao mesmo e sugere, que ao invés de placas informativas, as equipes de profissionais de saúde sejam capacitadas (se necessário) para melhor orientação nos casos de entrega legal que o CMDCA é desfavorável ao projeto. Encerrada a pauta, João destacou como é positivo esse novo momento da Câmara de Vereadores, que tem consultado o Conselho sobre a aprovação de projetos, o que todos reconhecem positivamente. **Pauta 05: Maio Laranja;** a conselheira tutelar Cristiane lembrou a ação feita no ano passado e abre para discussão quanto como o evento pode ser organizado neste ano. João sugeriu a realização de palestras nas escolas, conduzidas por psicólogas, em parceria com as entidades do CMDCA. A conselheira Eni disponibilizou a equipe da Associação Beneficente Real Esperança; Cristiane também sugeriu entregar cartilhas que têm em estoque do Conselho Tutelar e Wilson sugeriu marcar entrevistas para divulgar a importância da campanha de conscientização e combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes. João compartilhou dados preliminares dos relatórios de atividades da Associação Pais que evidenciam aumento nos tipos de atendimento dessa temática. Presidente Josiane sugeriu que as entidades organizassem internamente nas suas sedes físicas uma semana de campanha do Maio Laranja para maior abrangência. Por

fim, o conselheiro João propôs que a SMA realizasse o evento em parceria com o Conselho Tutelar, o CMDCA, com a possibilidade de envolver também a Secretaria de Educação, o que todos concordam. A conselheira Gabriela responsabilizou-se em dar retorno por parte da Secretaria de Educação. **Pauta**

06: Devolutivas Comissão de fórum das entidades e Comissão de edital;

Wilson falou sobre a reunião da comissão responsável pelo edital e os valores previstos, informando que não conseguiu nessa reunião fechar o documento para aprovação do conselho. Apresentou que durante a reunião ficou definido pela comissão que o todo o processo ocorra até outubro; que os planos de trabalho sejam únicos valendo por dois anos e que comparado aos valores do último edital, o presente tenha reposição de 10% valor a mais considerando a inflação; o que foi aprovado por unanimidade. João lembra que no caso de verba para projetos governamentais, o CMDCA possui regulamentação própria que autoriza apenas o Chefe do Executivo ou Secretário de Assistência Social a solicitação de projetos e que neste ano, todo o recurso disponível já estava destinado. **Pauta 08: Assuntos Gerais.** Conselheiro João lembrou que a Comissão de Fórum de Eleição irá apresentar devolutiva na próxima reunião ordinária, já que não conseguiu reunir durante a semana. Nada mais havendo a tratar, eu Ana Neves lavro a presente ata que segue assinada pela presidente e primeira secretária deste conselho.



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 4AB9-4CD0-7D4E-A98D

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



JOSIANE HOEPERS (CPF 020.XXX.XXX-47) em 24/03/2025 16:49:39 GMT-03:00

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://bc.1doc.com.br/verificacao/4AB9-4CD0-7D4E-A98D>